



RELAÇÕES DE URBANIDADES EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB.

Ana Aparecida Almeida de Souza¹
Dimitri Costa Castor²
Lívia Izabel Bezerra de Miranda³

RESUMO

O presente trabalho discute as relações de urbanidades cuja definição pode ser tratada como a qualidade vinculada à dinâmica das experiências existenciais oriundas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano, ou de espaços públicos da cidade, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação que neles contém. O objetivo da pesquisa é analisar morfologicamente e fenomenologicamente o objeto empírico de estudo Residenciais Dona Lindu I, II, III e IV da cidade de Campina Grande-PB e seu entorno imediato e apreender a imagem e as relações de urbanidades do entorno imediato. O processo metodológico se configura em um percurso de estudo bibliográfico, a pesquisa é de ordem qualitativa e analisa a morfologia sobre a estrutura formal da poligonal de entorno das habitações de interesse social, bem como a situação que se encontra o entorno imediato, através de indicadores e mapas temáticos; análise fenomenológica que coleta e analisa os fenômenos do lugar a partir dos métodos de análise da cidade através de mapas de contagem, vestígios, fotografias, diário de bordo, mapeamento comportamental, e caminhada teste. As análises demonstram a pouca existência de pessoas, interação e vida nos espaços públicos – ruas, calçadas e esquinas, logo, pouca relação de urbanidade, bem como a pouca ou nenhuma oferta de comércios e serviços que subsidiam as necessidades básicas dos moradores dos Residenciais Dona Lindu I, II, III e IV e dos moradores do entorno imediato.

Palavras-chave: Urbanidades. Espaços Públicos. Habitação de Interesse Social.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional-PPGDR/UEPB;

² Professor Doutor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB;

³ Professora Pós doutora do curso de Arquitetura da UFCG e docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB.



INTRODUÇÃO

A compreensão das formas de interação e vida na cidade é um grande desafio para os pesquisadores da área do planejamento urbano. Essa reflexão precisa ser inserida no processo de planejamento das habitações de interesse social, que no Brasil, segundo a Revista Especial Cidadania (2018), há um déficit de quase 12 milhões de moradias de infraestrutura básica como iluminação, abastecimento de água e rede geral de esgoto, bem como um déficit quantitativo de cerca de 6 milhões de habitações.

É necessário entender que não se pode isolar as edificações da cidade e nem do espaço público. As formas urbanas têm sua própria dinâmica interna, na maneira como os prédios se relacionam uns com os outros, com os espaços abertos, com a natureza, portanto, tudo se correlaciona (SENNETT, 2018).

A partir dos estudos sobre urbanidades, pode-se compreender que urbanidade é a qualidade vinculada à dinâmica das experiências existenciais oriundas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano, ou de espaços públicos da cidade, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação que contém (DEL RIO *et al*, 2018).

O presente trabalho é um estudo sobre urbanidades e suas relações com os espaços urbanos em Habitação de Interesse Social (HIS), a partir do estudo de caso do Residencial Dona Lindu I, II, III e IV localizado na periferia da cidade de Campina Grande-Paraíba, pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem por objetivo promover a moradia acessível e integrada às políticas de desenvolvimento urbano priorizando a população em condições de acessar o mercado formal (PICCININI; CONSTANTINO, 2016).

Percebe-se a partir de alguns estudos e leituras realizadas, que a maioria das habitações de interesse social são implantadas de forma padronizada, funcional, econômica e são construídas nos bairros periféricos que contém glebas mais baratas e que proporcionam aos habitantes pouco contato com espaços públicos de qualidade, com pouca ou quase nenhuma existência de determinados usos como comércios e serviços básicos, por exemplo, unidades básicas de saúde.

O objeto empírico deste estudo é o Residencial Dona Lindu (RDL) I, II, III e IV, faixa II, cujos moradores possuem renda mensal de até R\$ 4 mil reais. O residencial está localizado no bairro do Novo Bodocongó, na cidade de Campina Grande, Paraíba. O estudo será sobre as relações de urbanidade e sobre o impacto urbanístico, social, cultural e econômico que esses equipamentos geram em seu entorno imediato, em uma escala local. A partir desse contexto, cabe-nos perguntar: Quais relações de urbanidades as Habitações de Interesse Social têm com o espaço público e seu entorno imediato?



Os objetivos desta pesquisa são analisar morfologicamente e fenomenologicamente o objeto empírico de estudo e seu entorno imediato; e apreender a imagem e as relações de urbanidades do entorno imediato dos Residenciais Dona Lindu I, II, III e IV. O processo metodológico se configura em um percurso de estudo bibliográfico, a pesquisa é de ordem qualitativa e analisa a morfologia sobre a estrutura formal da poligonal de entorno das habitações de interesse social, bem como a situação que se encontra o entorno imediato, através de indicadores e mapas temáticos; análise fenomenológica que coleta e analisa os fenômenos do lugar a partir dos métodos de análise da cidade através de mapas de contagem, vestígios, fotografias, diário de

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA URBANIDADE

Projetar um edifício ou pensar a cidade vai muito além do processo projetual comumente visto e elaborado nas competências acadêmicas e profissionais. O além desse processo precisa ter um espaço para reflexão sobre o que a cidade significa e como ela qualifica as diferentes escalas: o edifício, o lote, a quadra, as ruas, o bairro e a cidade. É necessário fazer uma leitura do ambiente, seja ele construído ou vazio, e a partir dessa leitura fazer observações do lugar, do comportamento e da interação de pessoas. Urbanidade é um termo de senso comum que reflete o que alguns autores retratam como civilidade do convívio, é entender o modo de experiência de um mundo, de um lugar, de pessoas sobre determinado espaço. Segundo Aguiar *et al*, (2018) nos diz que urbanidade pode ser definida como:

Estruturação espaço-temporal da experiência e da vida coletiva, há uma especificidade, um detalhamento no desdobramento do espaço, na forma urbana, uma riqueza material que parece canalizar e amparar temporariamente, mas o tempo todo, o fluxo da prática e do vivido (AGUIAR *et al*, 2012, p. 35).

A urbanidade pode ser denominada através das manifestações simbólicas, sobre como as pessoas se comportam no espaço urbano a partir das diversas atividades distintas realizadas pelas pessoas. Essas manifestações podem ser atribuídas aos espaços urbanos que tenham qualidade e que permitam valorizá-los, e nesse processo de significação nos possibilite uma dinâmica que pode ser mais receptivo e que acumule qualidades a partir das transformações na comunidade para os espaços públicos (CASTELLO, 2000).

O conceito de Urbanidade pode ser compreendido como comportamento, civilidade, cortesia, comportamento social virtuoso, próprio de urbanitas educados, envolve, portanto, juízo de valor admitindo variações no espaço e no tempo. Lugares que existam algum tipo de comunicação entre as pessoas por conversa direta ou indireta. Trata-se de disposições



adquiridas pelo cidadão e, ao mesmo tempo, dos dispositivos de socialização presentes no meio urbano (KRAFTA, 2012; TRIGUEIRO, 2012).

A urbanidade também pode estar relacionada aos elementos de diferentes escalas, da arquitetura, a nível de edificações como os cheios, os volumes; da cidade e dos espaços em relação aos vazios, as ruas, praças, etc., designando, portanto, implicações sócio volumétricas (menor escala) ou sócio espaciais (maior escala), em síntese, e sempre serão sócio arquitetônicas, ou seja, associação entre espaço, edificação e comportamento (HOLANDA, 2012).

Podemos entender que urbanidade também se configura na capacidade de acolhimento nos espaços públicos existentes na cidade, ela acontece quando, a partir do ambiente construído, como por exemplo, os sistemas de transporte, que oportunizam encontros e a copresença entre pessoas de diferentes classes, gêneros e estilos em espaços públicos da cidade (FIGUEIREDO, 2012; ANDRADE, 2012).

O ESPAÇO PÚBLICO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA URBANIDADE

O espaço público começou a se esboçar a partir do século XII ou XIII, mas com origem no século XVIII, quando então a burguesia emergiu como um polo de forças entre os senhores feudais, príncipes e clero, nas disputas pelo controle e produção das terras. A denominação de espaço público é entendido como ruas, becos, edifícios, praças, frades ou balizas, tudo o que possa ser considerado parte do ambiente construído. A vida na cidade também deve ser entendida, no sentido mais amplo, como tudo o que acontece entre as edificações, como por exemplo, na ida e na volta da escola, nos terraços, com as pessoas sentadas, em pé, caminhando, pedalando, etc. (GEHL, 2018; ANDRADE, 2012).

Segundo Trigueiro (2012), os espaços públicos urbanos constituem-se de coletivos que se mobilizam e as interações que facultam produções derivadas das profissões urbanísticas ou instrumentos de fundamental importância para a organização da vida urbana. Os espaços públicos urbanos se encontram no cerne da questão da urbanidade e são considerados instrumentos da urbanidade.

Espaço público pode se referir ao ambiente físico que pertence a todos, como pode ter, também, um sentido jurídico, explicitando lugares e construções que são de posse do poder público; pode ainda, ter um sentido político, quando se refere à esfera pública, o ambiente onde se discutem as coisas da cidade. É resultado de determinada visão da sociedade no qual o espaço público está inserido, e de outra forma, ele também ajuda a moldar a sociedade. A ideia do espaço público engloba desde os locais das grandes



manifestações das cidades até cenário do dia a dia da população, em que vizinhos se encontram nas calçadas (CALLIARI, 2016).

Apontar lugares urbanos na cidade é reconhecer uma forte contribuição para as ações de projeto e planejamento. Abrirão perspectivas necessárias aos arquitetos para refletir mais profundamente sobre o poder e a influência desses significados sobre a vida dos cidadãos. A boa arquitetura na cidade depende em parte considerável de permitir a inserção de uma articulação de lugares na estrutura da cidade (CASTELLO, 2000).

A espacialidade urbana tem relação intrínseca aos ritmos variados da prática, é uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências do tempo, conjuntamente constituem urbanidade. É, também, uma memória ontológica de socialidades, temporalidades de ações e visões de mundo passadas. Espaço Público é o locus de uma cultura que envolve o convívio com os opostos, envolve diversidade, troca e, mais que tudo, o desfrute de uma cidade que tenha o espaço urbano como fundo ativo, fundada em valores coletivos (AGUIAR *et al*, 2012).

O espaço público está no centro das conversas e dos debates sobre as cidades contemporâneas, é um dos mais importantes da experiência humana, a exemplo dos lugares de encontro, do comércio, de troca, de lazer, de circulação, do relaxamento, do exercício da manifestação e da política. É um lugar de comportamento e de troca, sempre em uma via de mão dupla. A proximidade das pessoas com grandes construções, por exemplo, gera uma sensação física e simbólica que corresponde a um significado da obra diante do lugar, os edifícios criam e delimitam espaços externos que possuem a mesma natureza dos espaços internos (CALLIARI, 2016).

Faz-se entender que os espaços públicos não somente necessitam de qualidades da forma como densidade, funções e estruturas, mas, também, de preservação ou criação de dimensões sociais e psicológicas, um espaço público para todos, com autenticidade proporcionando as pessoas uma melhor convivência, com mais participação na vida da cidade.

NOÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos (Art. 25, 1948), toda pessoa tem o direito de um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o



direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Abiko (1995) *apud* Lima (2017) descreve habitação popular como a moradia destinada à população de baixa renda, ou seja, de 0 a 3 salários mínimos. Pode-se referir também aos termos: habitação subnormal - moradia que não dispõe de condições básicas de segurança, durabilidade, tamanho e salubridade; habitação de interesse social ou habitação social – termo usado pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e direcionava os seus programas para faixa de menor renda; habitação de baixo custo – habitação barata sem necessariamente ser para uma população de baixa renda; e habitação para população de baixa renda – é uma qualificação mais adequada do que a descrita anteriormente, mas no mesmo sentido de habitação social.

O grande desafio na questão da habitação social é a precisão de construir uma grande quantidade de unidades de moradia, que sejam de baixo custo, mas de boa qualidade, além de ter sua construção em um curto espaço de tempo e possuir atendimento, em seu entorno, de serviços urbanos adequados (ABIKO, 1995 *apud* LIMA, 2017, p. 16).

A moradia é uma mercadoria imóvel e durável, já que a produção/circulação/consumo realizam-se num mesmo espaço e que sua vida econômica e útil tende a estender-se durante um longo período de tempo. Por outro lado, trata-se de um bem não homogêneo, ou pelo menos cuja uniformização e padronização são problemáticas (RIBEIRO, 1997).

Alguns pontos históricos são relevantes para o entendimento do percurso até o programa de habitação existente na nossa situação atual, o Minha Casa Minha Vida. Durante a ditadura Vargas (1930-45), o problema da moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia porcentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores. O projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas, a habitação era vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e era vista como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador. As políticas habitacionais são oficialmente implementadas no Brasil a partir da Era Vargas, quando se origina o IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão (BONDUKI, 2017).

Algumas instituições de apoio às moradias foram criadas com o passar do tempo, a exemplo dos IAP's - Instituto de Aposentadoria e Pensão- criados na década de 1930; a FCP –Fundação da Casa Popular- criada em 1946, e o BNH –Banco Nacional de Habitação- criado em 1964 – Atuou por meio das Companhias de Habitação (COHABs). No estado da PB destaca-se o Montepio, que posteriormente se transformou no IPEP –Instituto de Previdência do Estado da PB. No ano de 2003, o IPEP foi extinto e sua carteira de habitação transferida para a CEHAP- Companhia de Habitação Popular (BONDUKI, 2017; BONATES, 2009).



Ao estudarmos a evolução histórica e a partir de alguns parâmetros para projetos arquitetônicos de habitação de interesse social, podemos entender como se configurou todo o processo da dinâmica atual dessas construções, a exemplo do programa federal Minha Casa Minha Vida. O país vem produzindo programas habitacionais e moradias desde 1920, com soluções orientadas a partir dos movimentos sanitaristas debatidas e sustentadas por médicos e arquitetos, engenheiros e empresários na defesa da casa para o trabalhador industrial, como foi visto no tópico anterior.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 e apresenta como uma das medidas anticíclicas adotadas pelo governo Lula à insurgente crise econômica internacional. O objetivo do programa é direcionar a produção imobiliária para a demanda habitacional de baixa renda, que historicamente nunca conseguiu ser acessada pelo mercado. (MORENO, 2010; PICCININI, 2016).

De acordo com Brasil (2018), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil. O programa, que mudou a história da habitação do País, prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel – na cidade e no campo, renda familiar e valor da unidade habitacional. Além disso, contribui para geração de emprego e renda aos trabalhadores da construção civil. É um programa do Governo Federal que busca facilitar a conquista da casa própria para as famílias de baixa renda. As concessões de benefícios pelo Minha Casa Minha Vida são feitas por faixa de renda.

O Programa MCMV em Campina Grande-PB

A Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, construiu milhares de habitações em toda a Paraíba, cerca de 90% dos municípios paraibanos já foram beneficiados com projetos habitacionais. A CEHAP conta, atualmente, com quatro programas de habitação: o cidade madura, o minha casa minha vida, o pró-moradia e o programa de subsídio à habitação de interesse social – PSH (CEHAPPB, 2018).

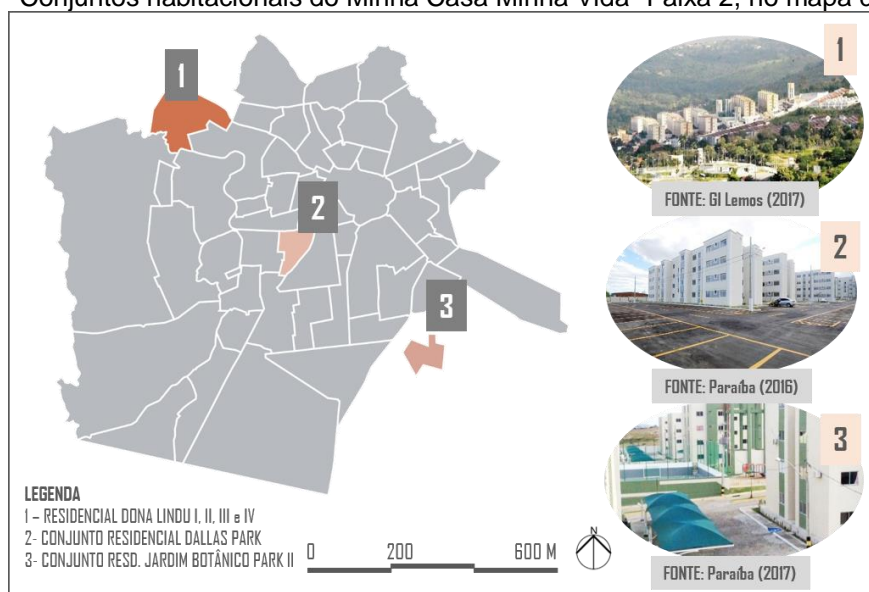
Na cidade de Campina Grande foram entregues três conjuntos habitacionais construídos pela CEHAP: O conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, primeiro grande empreendimento executado pelo estado, em 1980; o conjunto habitacional Glória, entregue no ano de 2006 e que foi construído para remanejar a população que residia na Cachoeira, considerada a maior e mais antiga favela da cidade; e o conjunto habitacional do Araxá, construído com recursos do PAC e finalizado em 2010 para ser entregue as famílias da antiga

favela do Araxá (LIMA, 2017). No mapa da figura 18 está localizado os três conjuntos habitacionais construídos pela CEHAP na cidade de Campina Grande-PB.

Para conhecimento sobre as habitações construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, segundo Lima (2017) a cidade de Campina Grande tem três conjuntos habitacionais pertencentes a Faixa 1 (renda mensal de até R\$1.800) do PMCMV – Conjunto Habitacional Major Veneziano (I, II, III e IV), Bairro Três Irmãs – 2013/2014, 1.984 unidades habitacionais, tipologia apartamento; Residencial Vila Nova da Rainha (I e II) , Bairro Bodocongó – 2015, 576 unidades habitacionais, tipologia apartamento, e o Complexo Habitacional Aluizio Campos4, Bairro do Ligeiro – Em obra, 4.100 unidades habitacionais, tipologia casa e apartamento. Todos esses conjuntos fazem parte do déficit habitacional da atual gestão municipal.

Em Campina Grande ainda existe conjuntos habitacionais do PMCMV pertencentes a Faixa II. São eles: residencial Dallas Park - Bairro do Jardim Quarenta – 2015/2017, 864 unidades habitacionais, tipologia apartamento; conjunto residencial Dona Lindu I, II, III e IV - Bairro Novo Bodocongó – 2012, 1.044 unidades habitacionais, tipologia apartamento; e o residencial Jardim Botânico II – Bairro Itararé – 2015, 304 unidades habitacionais, tipologia apartamento (ROCHA et al, 2017). Na imagem abaixo estão localizados os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida- Faixa 2, no mapa de Campina Grande-PB.

Figura 1 - Conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida- Faixa 2, no mapa de CG -PB.



Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.



ABORDAGEM METODOLÓGICA DO ESTUDO

O processo metodológico deste estudo se organizou em dois momentos – o morfológico - foi considerado um raio de estudo de 800 m, a partir da fachada dos residenciais, pois se considera uma distância cômoda para andar a pé do edifício ao comércio, serviço ou equipamentos sociais (CAMPOS, 2010). A análise foi realizada, inicialmente, através da visita do local com registros fotográficos e leitura do lugar. Foram observados e desenhados, mapas temáticos a partir dos indicadores: cheios e vazios, sistema viário, uso e ocupação, atributos ambientais, topografia e equipamentos urbanos. Já no processo fenomenológico foram feitos apontamentos sobre a percepção do pesquisador e das ocorrências do lugar, não por uma operação intelectual, mas quando retomamos por nossa conta o modo de existência das coisas oferecidas a nós com nossa maneira de tratar o mundo (MERLEAU-PONTY, 1945 *apud* MARQUES, 2015).

Os fenômenos do lugar foram analisados a partir do método do mapeamento comportamental que é o desenho de tipos de atividades e onde elas ocorrem, bem como o número de pessoas no local; de um diário de bordo para registrar detalhes sobre a interação entre vida, atividades e espaço público; dos vestígios que podem nos trazer informações sobre a vida na cidade; do traçado cujos movimentos das pessoas dentro ou através de um espaço limitado podem ser desenhados como linhas de movimento da área estudada; da caminhada-teste que tem como objetivo observar e identificar problemas ou o potencial para a vida urbana de uma determinada rota; de contagem que tem como objetivo contabilizar o deslocamento/fluxo de pedestres e modais; e da fotografia para documentar situações onde a vida e a forma urbana interagem (GEHL, 2018). Após o estudo, foram realizadas análises e discussões a partir da realidade averiguada com os teóricos correlacionados na abordagem teórica de estudo.

ASPECTOS FÍSICOS, MORFOLÓGICOS E FENOMENOLÓGICOS DO OBJETO EMPÍRICO DE ESTUDO – RESIDENCIAL DONA LINDU I, II, III e IV

A análise foi feita a partir de uma escala maior, do estudo da forma e da estrutura urbana que está inserido os conjuntos residenciais. Percebeu-se, através do mapa de cheios e vazios, Mapa (A), várias áreas não adensadas, com uma configuração de quadras e lotes desalinhados; o adensamento da área está crescendo com o passar dos anos e conseqüentemente, mais pessoas convivendo em comunidade e mais necessidades básicas necessitam ser atendidas.

A poligonal analisada se encaixa no que Campos (2010, p. 60-61) caracteriza como tecido urbano básico tipo 1, “bairro nascendo e se desenvolvendo isoladamente, usualmente na periferia do espaço urbano da época em que é iniciado”. Já a malha urbana proposta do tecido urbano tipo II – a ideal para o desenvolvimento da poligonal analisada -, é caracterizada por um bairro que se “relaciona a bairros vizinhos formando uma malha de bairros conforme o território urbano vai se expandindo”. Há um entroncamento de duas vias importantes em seu interior, mas podendo ser apenas vias coletoras ou o encontro de uma via coletora com uma via estrutural e a ligação de diversos usos expandidos em toda a malha: moradias, comércio, serviço – polarizados nas vias arteriais e descentralizados nas ruas paralelas.

A partir das informações coletadas no mapa do sistema viário, Mapa (B), pode-se compreender os traçados viários da área, são inseridos poucas linhas de ônibus, poucas vias coletoras, principalmente às ruas que dão acesso ao Residencial Dona Lindu I e ao Residencial Dona Lindu III e IV. Não existe ciclofaixas para o tráfego de bicicletas e o acesso pedonal nas vias e calçadas é prejudicado.

Figura 2 - Mapas A (Cheios e Vazios) e Mapa B (Sistema Viário)



Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

Sobre o uso e ocupação do solo, Mapa (C), pode-se observar uma pouquíssima diversidade de uso, poucas áreas de convivência, nenhum atrativo noturno o que possibilita a insegurança e a desurbanidade nos locais. Corroborando com Campus (2010) os edifícios funcionam como uma organização interna e por isso, pressupõem uma ideia de cidade, e no caso da poligonal analisada, não reflete de modo positivo a convivência em coletivo da comunidade existente.

Sobre o uso e ocupação do solo, Mapa (C), pode-se observar uma pouquíssima diversidade de uso, poucas áreas de convivência, nenhum atrativo noturno o que possibilita a insegurança e a desurbanidade nos locais. Corroborando com Campus (2010) os edifícios



funcionam como uma organização interna e por isso, pressupõem uma ideia de cidade, e no caso da poligonal analisada, não reflete de modo positivo a convivência em coletivo da comunidade existente.

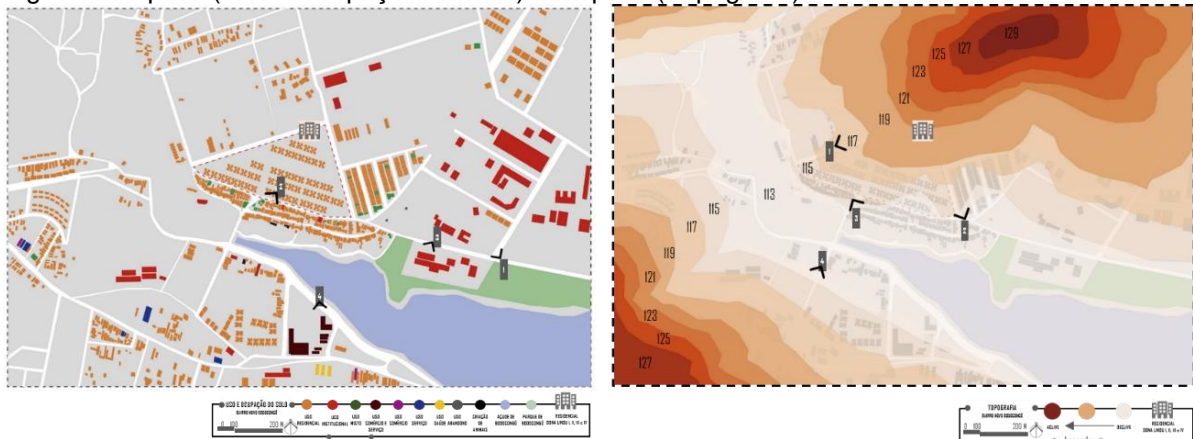
A falta de comércio e serviços básicos que demandam a necessidade dos moradores dos residenciais, não é suprida, de modo que precisam estar inseridos como apoio imediato à essas moradias que tendem a ter uma frequência de uso diário ou semanal. Há pequenos mercados informais na localidade que atendem a uma demanda dos moradores, mas a ausência de comércio e serviço que exigem uma menor demanda como lojas de sapatos, de roupas, de eletrodomésticos, supermercados, favorece o deslocamento da comunidade a bairros mais distantes ou ao centro da cidade, e em consequência disso, aumenta-se o uso do transporte particular, já que o transporte público é deficitário não somente na escala do bairro, mas em todo o município, o que exclui socialmente o convívio enriquecedor urbano com o uso excessivo do automóvel, desvalorizando, portanto, a qualidade de vida do bairro.

A ausência de farmácias, praças e áreas de convivência, lotéricas, bancos, correios, unidade de pronto atendimento- UPA e escola de nível fundamental e médio, são déficits presentes na área estudada, corroborando, portanto, no frequente deslocamento dos moradores a outros bairros, desfavorece a condição de integração social e espacial, já que para haver urbanidade é preciso haver a relação de espaço e pessoas e essa relação é definida por Campus (2010, p. 24) como “cidadãos enriquecidos culturalmente com os contatos humanos variados, diversificados e até certo ponto imprevisíveis que a cidade propicia, que é a essência do conceito de urbanidade.”

As áreas verdes identificadas na poligonal ocupam bastante espaço, mas nada se relacionam com o espaço público de interação da comunidade, não há uso específico das vegetações de médio e grande porte, por exemplo. Entremeio a elas, existe uma criação de animais de pequeno porte que através dela é a subsistência de algumas famílias que ali moram.

A topografia, Mapa (D) da área, é bastante acidentada o que contribui para o não apoio aos pedestres que ali transitam, dificuldade de acessibilidade, além da falta de espaços que dialoguem com as edificações existentes oportunizando, portanto, a falta de capacidade de acolhimento socioespacial (ANDRADE, 2012).

Figura - Mapa C (Uso e Ocupação do Solo) e Mapa D (Topografia)



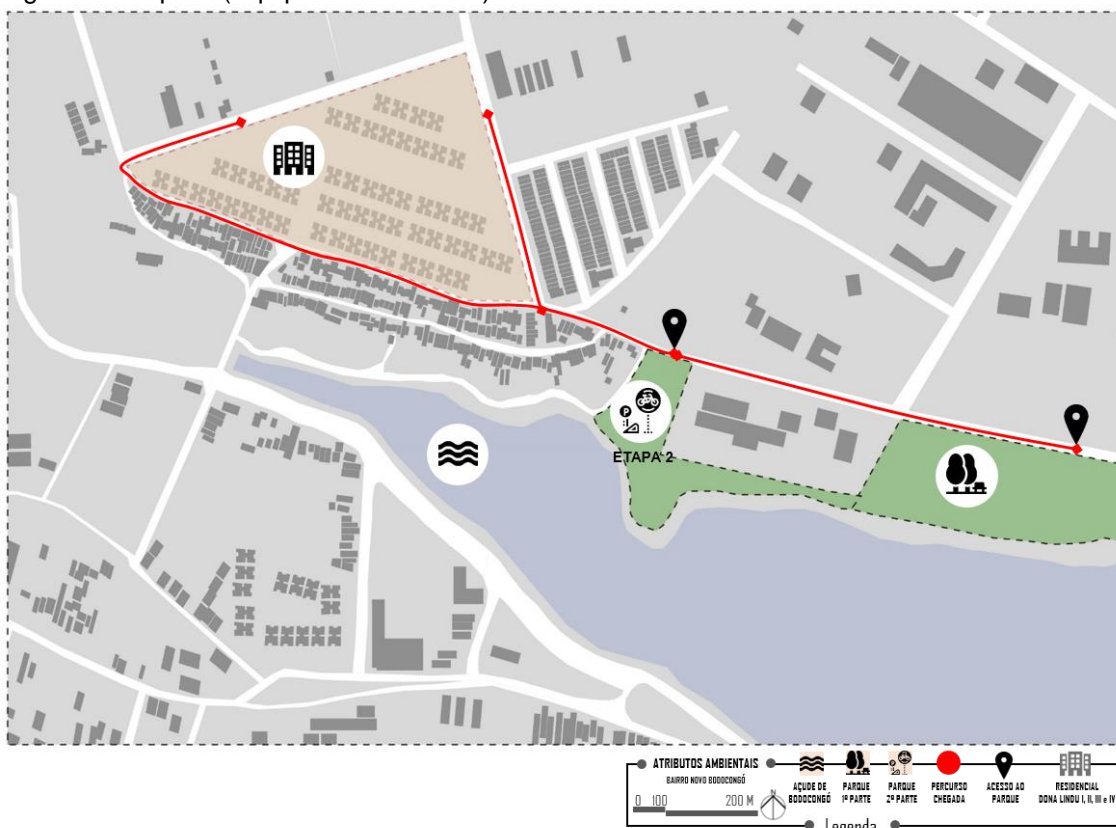
Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

O equipamento urbano existente, Mapa (E) o Parque Ecológico Bodocongó, inaugurado há poucos meses, possibilita uma maior urbanidade à comunidade do bairro, que segundo Andrade (2012) é uma urbanidade que demanda troca e negociação, troca e comunicação e essas trocas foram relatadas por alguns moradores do bairro em entrevista concedida ao jornal local.

“[o parque é] uma coisa super boa, porque têm vários equipamentos destinados ao lazer das crianças”. “Os adultos e idosos também tem no Parque o seu espaço de caminhada de forma decente.” “Inclusão, além de incluir, vai dar acesso às pessoas que não têm acesso às academias (GÓES, 2017, online).

O Parque descrito é um avanço na qualidade espacial do bairro e principalmente da comunidade residente em seu entorno, já que oportuniza um espaço totalmente público e além de todos os benefícios do programa de necessidade estabelecido, “uma qualidade objetiva de uma certa vertente sócio-arquitetônica que transcende o tempo e o espaço” (HOLANDA, 2012, p. 185).

Figura 4 - Mapa E (Equipamento Urbano)



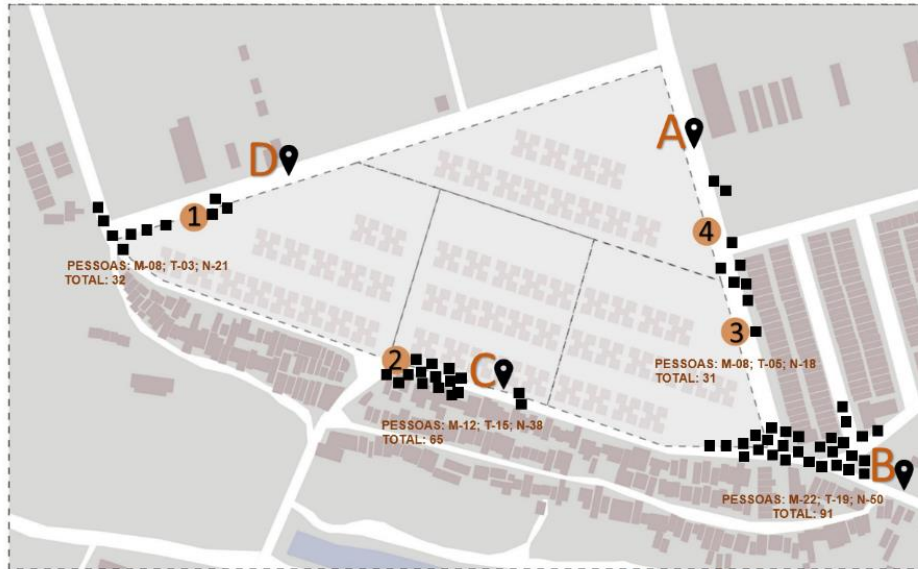
Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

Todos os indicadores analisados contribuem para a epistemologia do uso e/ou desuso de áreas que permeiam as habitações de interesse social, objeto empírico desta pesquisa, e que comumente não são correlacionadas com processo projetual arquitetônico das unidades habitacionais e, com efeito, “a falta de legibilidade da qual os espaços públicos dos grandes conjuntos habitacionais são acusados é comumente atribuída à complexidade da repartição espacial e dos limites de ocupação do solo (TRIGUEIRO, 2012, p. 99), e é esta complexidade que distancia o tripé projetual: cidade – arquitetura - seres humanos, contribuindo, portanto, a uma configuração de desurbanidade.

A análise morfológica foi feita a partir de uma escala menor, através dos fenômenos ocorridos nas imediações dos residenciais, nas ruas de conexão e dos espaços públicos existentes. Percebeu-se, a partir dos dados coletados no mapa de mapeamento do lugar, Mapa (A) que no Ponto B (rua Juvêncio Arruda) há uma maior incidência de pessoas em relação aos outros pontos A, C e D, e mesmo por se constatar mais número de pessoas, elas apenas passam com maior frequência nesse local, não há permanência, e conseqüentemente, pouca urbanidade, que segundo Trigueiro (2012, p. 85), “o espaço público urbano, enquanto objeto fabricado, participa da atividade cognitiva daquele que o utiliza,

permitindo a produção de conhecimentos úteis à ação; pode ser assim interpretado enquanto fato social e observado em sua dimensão sociológica.”

Figura 5 - Mapa A (Mapeamento do Lugar)



PERÍODO MANHÃ		PERÍODO TARDE		PERÍODO NOITE	
PONTO A – (9h30 às 9h40) 5 Pessoas andando 3 pessoas em pé	PONTO C – (9h50 às 10h) 5 Pessoas andando 3 pessoas sentadas 1 pessoa vendendo miudezas 2 pessoas comprando	PONTO A – (16h10 às 16h20) 4 Pessoas andando 1 pessoa jogando lixo	PONTO C – (16h30 às 16h40) 3 pessoas na calçada 1 pessoa apanhando roupa varal 2 pessoas no ponto de ônibus 2 pessoas indo à academia	PONTO A – (19h às 19h10) 17 Pessoas andando 1 pessoa chegando com compras	PONTO C – (19h20 às 19h30) 6 pessoas conversando 7 pessoas no ponto de ônibus 7 pessoas entrando no minibox 1 pessoa sentada
PONTO B – (9h40 às 9h50) 5 pessoas trabalhando 4 pessoas sentadas 3 pessoas correndo 8 pessoas andando 1 pessoa fazendo compras	PONTO D – (10h às 10h10) 8 pessoas andando	PONTO B – (16h20 às 16h30) 12 pessoas andando 3 pessoas no ponto de ônibus 4 pessoas sentadas	PONTO D – (16h40 às 16h50) 2 crianças andando 6 pessoas andando	PONTO B – (19h10 às 19h20) 12 pessoas entrando na padaria 28 pessoas andando 3 pessoas sentadas 2 pessoas correndo 3 pessoas em pé 2 pessoas entrando no minibox	PONTO D – (19h30 às 19h40) 6 pessoas paradas 15 pessoas andando 20 pessoas andando

Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

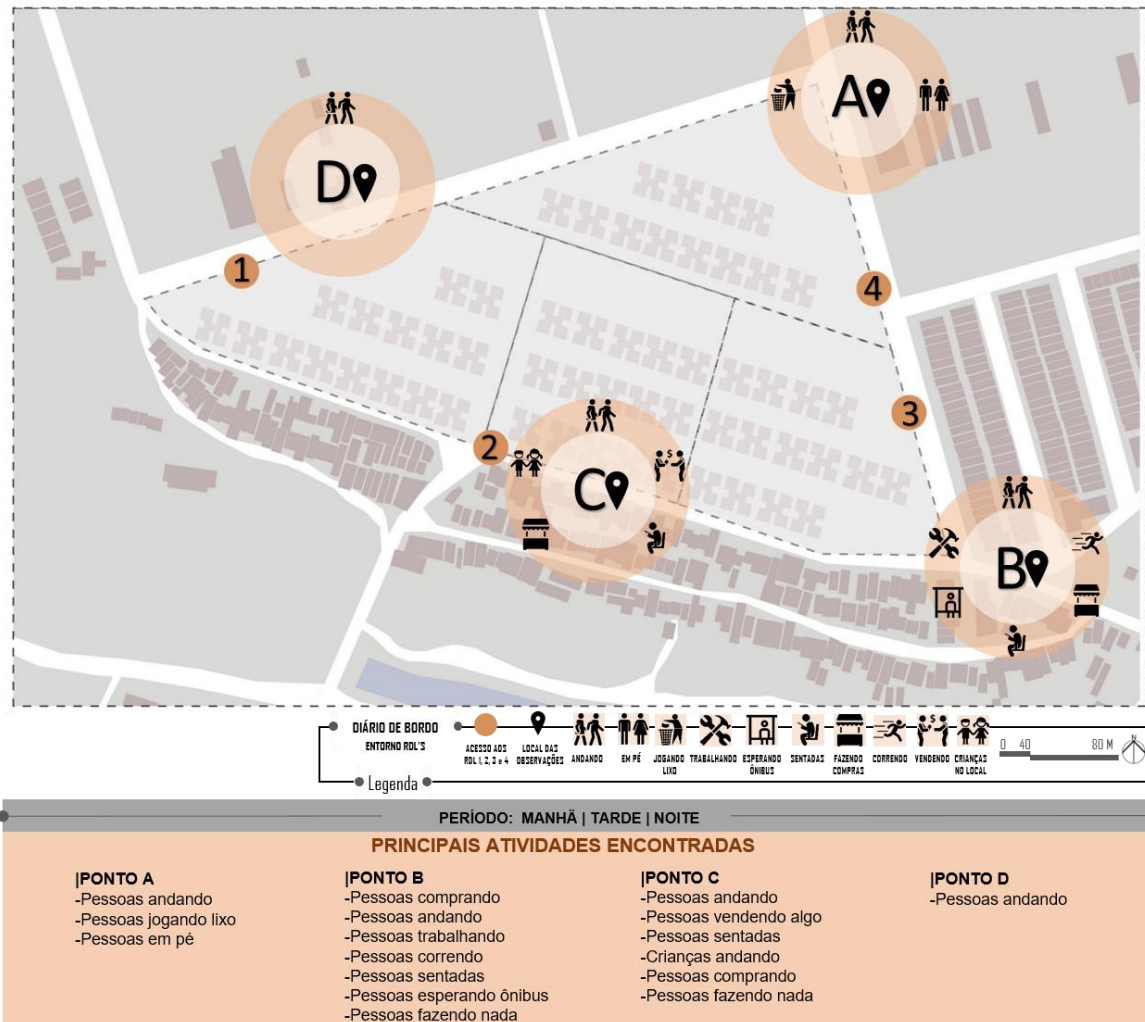
Por mais denso que o local pode ser, não significa que nele há urbanidade, pois as pessoas precisam se socializar, precisa haver vitalidade, lugares mais oxigenados (AGUIAR, 2012), com pessoas vivenciando o espaço, não apenas passando nele e nesse caso, o mapeamento nos mostra uma baixo grau de urbanidade.

Nos pontos A e D (rua Compositor Rosil Cavalcanti e rua Emiliano Rosendo da Silva, respectivamente), há menos fluxos e quantidade de pessoas nesses locais, o que ocasiona ainda mais a pouca urbanidade, dificultando, portanto, a experiência coletiva, tanto em relação às pessoas, quanto no ambiente construído. Worms (1996, p. 30) nos diz que “é a convergência de pequenos coletivos que tramam a diversidade do corpo social nas periferias.”

Nos trechos transcritos no mapa diário de bordo, Mapa (B), pode-se observar ainda mais as características em pormenores do que acontece nas imediações dos RDL's. Averiguou-se que as atividades mais frequentes são andar, comprar, sentar, fazer nada e poucas pessoas em pé. Não foi constatado nenhuma atividade de permanência, nem tão pouco de troca de conversas. As imediações são usadas somente para fins de passagens do

bairro para outros bairros, como a ida às universidades e o trabalho, pequenas compras nos poucos comércios que existem nas proximidades.

Figura 6 - Mapa B (Diário de Bordo)



Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

Essa escassez de atividades humanas nesses pontos observados pode se dá porque não há espaços para tal, Toussaint e Zimmermann (2001) observa que dentro do universo da fabricação, não é mais somente a condição espacial que está em jogo, mas a capacidade do espaço, como condição, a orientar comportamentos sociais, a instruir a relação com o outro. No mapa de vestígios, Mapa (C), foram observados as ruas que existiam ou não sinal de vida. Na única rua coletora é a que mais existe vida, perto dos pontos de ônibus e dos poucos comércios e serviços existentes. O muro alto que “assegura” os moradores dos RDL’s é um importante vestígio de segregação com as ruas de conexão e a interação com os espaços públicos. O muro pode até dar uma segurança aos moradores na área interna do

condomínio, mas aos transeuntes das calçadas e das ruas o sentido é o inverso: medo, apreensão e caminhadas rápidas e inseguras, e pouco ou médio sinal de vida. Em seus estudos sobre cidade, Jacobs (2011, p. 35) nos diz que “é uma coisa que todos já sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não.”

Na rua Compositor Rosil Cavalcanti, acesso principal do RDLI, há pouco vestígios de vida, grandes vazios ao lado oeste o que a torna com pouco grau de urbanidade. Ao Norte, foi observado nenhuma interação, nem passagem, nem permanência de pessoas na área. Na rua Manoel G. Melo, acesso principal das casas geminadas de baixo padrão, ainda existe interação: algumas cadeiras nas calçadas, mesinhas de concreto para jogos de cartas, uso principalmente dos moto taxistas que esperam corridas, há música nos carros nos finais de semana no local. As poucas interações que existem são encontradas em frente à uma padaria e de um minibox. A existência de um fiteiro informal também é um indício de vida e interação: pessoas conversam, poucas crianças da vila brincam sob os olhos de alguns adultos no local.

Figura 7- Mapa C (Vestígios do Lugar)



Fonte: SEPLAN, 2011. Adaptado pelos autores.

As ruas e calçadas são, portanto, locais de passagem, tornam-se meras abstrações nas áreas observadas, muito tráfego de carros e motos e pouca vida humana nelas. A ausência de espaços comerciais e de serviços, já analisados nos mapas morfológicos, podem



ser a grande causa da pouca interação nessas áreas, já que os moradores não têm opções de uso, em consequência disso, pouca sociabilidade, pouca segurança, vigilância, e pouca urbanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminado os estudos sobre relações de urbanidades em habitações de interesse social, podemos fazer uma breve conclusão sobre os apontamentos discutidos, iniciando pela problematização sobre o tema estudado. Em leituras iniciais identificou-se uma despreocupação em relação aos edifícios habitacionais, à interação e ao comportamento humano em detrimento dos espaços públicos do entorno das habitações de interesse social, a nível de Brasil.

Foi entendido que a urbanidade apreendida como relações mútuas, civilidade, vida cotidiana e coletiva, envolve algum tipo de comunicação entre as pessoas, por interlocução direta ou indireta. É também a capacidade de acolhimento socioespacial dos lugares urbanos, foi inserida na abordagem teórica e prevalece nesse estudo enquanto subárea, que através dos seus percursos teóricos, nos apontou possibilidades de análise crítica sobre o lugar e sobre o entorno do objeto empírico.

O espaço público estudado aqui, foi também objeto teórico, pois é através das estruturas desses espaços que a urbanidade nasce, se desenvolve, inexistente ou é reconhecida como desurbanidade – termo entendido como incivilidade, descortesia, aspereza, grosseria. Nos espaços públicos, surgido a partir do século XVIII e começado a esboçar no século XII, é onde acontece a transformação da sociabilidade em civilidade, nas ruas, esquinas, calçadas e também em espaços semi-público.

A abordagem teórica relacionada às habitações de interesse social destacou o processo histórico e cronológico no Brasil, sobre a produção de moradias e instituições de apoio. O estudo abrangeu alguns aspectos de conhecimento sobre projetos reconhecidos por sua implantação, aspectos formais e contexto urbano.

Investigou-se o processo de criação e período histórico do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 pelo Governo Federal e tem como objetivo diminuir o déficit habitacional do Brasil, bem como oportunizar pessoas de baixa renda de possuírem casa própria a partir de financiamento e através de concessões do tipo Faixa 1, Faixa 2 e Faixa 3, cada faixa corresponde a um valor de renda mensal comprovado pelo subsidiado. Averiguou-se, também, a ineficiência das habitações financiadas pelo PMCMV, no que diz respeito às



estruturas construtivas, de inserção na malha urbana, ausência ou insuficiência dos dispositivos de acessibilidade e equipamentos urbanos.

De ordem Morfológica, a pesquisa de campo apresentou, através dos indicadores e mapas temáticos sobre a morfologia do entorno imediato do RDL I, II, III e IV, uma abordagem analítica dos resultados obtidos e as relações existentes ou não de urbanidade. Averiguou-se, através dos mapas de cheios e vazios, várias áreas não adensadas, com uma configuração de quadras e lotes desalinhados; o adensamento da área está crescendo com o passar dos anos e conseqüentemente, mais pessoas convivendo em comunidade e mais necessidades básicas a serem atendidas.

Áreas pouco adensadas refletem em pouco convívio das pessoas, e para existência da urbanidade, o modo como o espaço se posiciona ao seu entorno é o determinante mais importante para se ter uma relação de urbanidade. O bairro está em desenvolvimento, tanto no que diz respeito à infraestrutura, quanto ao desenvolvimento econômico e social.

A partir das informações coletadas no mapa do sistema viário, pode-se compreender os traçados viários da área, são inseridos poucas linhas de ônibus, poucas vias coletoras, principalmente às ruas que dão acesso ao RDL I e ao RDL III e IV. Não existe ciclofaixas para o tráfego de bicicletas e o acesso pedonal nas vias e calçadas é prejudicado. Sobre o uso e ocupação do solo, pode-se observar uma pouquíssima diversidade de uso, poucas áreas de convivência, nenhum atrativo noturno o que possibilita a insegurança e a desurbanidade nos locais.

A falta de comércio e serviços básicos que demandam a necessidade dos moradores dos RDL's, não é suprida, de modo que precisam estar inseridos como apoio imediato à essas moradias que tendem a ter uma frequência de uso diário ou semanal. Há pequenos mercados informais na localidade que atendem a uma baixa demanda dos moradores, mas a ausência de comércio e serviço que exigem uma menor demanda como lojas de sapatos, de roupas, de eletrodomésticos, supermercados, favorece o deslocamento da comunidade a bairros mais distantes ou ao centro da cidade, e em consequência disso, aumenta-se o uso do transporte particular, já que o transporte público é deficitário não somente na escala do bairro, mas em todo o município, o que exclui socialmente o convívio enriquecedor urbano com o uso excessivo do automóvel, desvalorizando, portanto, a qualidade ambiental do bairro.

De ordem fenomenológica, a pesquisa de campo apresentou, a partir de uma escala menor, fenômenos ocorridos nas imediações dos residenciais, nas ruas de conexão e dos espaços públicos existentes. Percebe-se, a partir dos dados coletados no mapa de mapeamento do lugar, que no Ponto B (rua Juvêncio Arruda) há uma maior incidência de pessoas em relação aos outros pontos A, C e D, e mesmo por se constatar mais número de



peessoas, elas apenas passam com maior frequência nesse local, não há permanência, e conseqüentemente, pouca urbanidade.

Nos trechos transcritos no mapa diário de bordo averiguou-se que as características em pormenores do que acontece nas imediações dos RDL's. Constatou-se que as atividades mais frequentes são andar, comprar, sentar, fazer nada e poucas pessoas em pé. Não foi constatado nenhuma atividade de permanência, nem tão pouco de troca de conversas. As imediações são usadas somente para fins de passagens do bairro a outro bairro, como a ida às universidades e ao trabalho, pequenas compras nos poucos comércios que existem nas proximidades.

A ausência de espaços comerciais e de serviços, já analisados nos mapas morfológicos, podem ser a grande causa da pouca interação nessas áreas, já que os moradores não têm opções de uso, em consequência disso, pouca sociabilidade, pouca segurança, vigilância, e pouca urbanidade.

A inexistência de planejamento de habitações em diálogo com o entorno e a cidade, reverbera em lugares inóspitos, com poucas pessoas e conseqüentemente, pouca ou nenhuma urbanidade, as escolhas de estilos de vida inevitavelmente são decorrência do desenho do ambiente construído, através das calçadas, das ruas vivas, dos fluxos diários não somente para ir e vir do trabalho, mas do diálogo com o vizinho, o tato, a escuta, o sorriso, o cumprimento, a troca de comentários sobre o tempo, ações estas que conduzem às medidas de urbanidade definidas. Discussões e análises como esta, torna-se pertinente para o processo de esclarecimentos, construção e (re)construção de políticas públicas para as áreas periféricas em que são implantados condomínios residenciais de programas assistenciais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. Onde está a urbanidade: em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca? In: AGUIAR, Douglas. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012. Cap. 7. p. 189-208.

AGUIAR, D. *et al.* **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

BONDUKI, N. 1955- **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria/Nabil Bonduki. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

CALLIARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016.



CAMPOS, F. C. M. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento da sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASTELLO, L. **Revitalização de áreas centrais e a percepção dos elementos da memória**. In: Hands Across the Hemisphere, Anais do 23rd International Congress of the Latin American Studies Association. Miami, 2000.

DEL RIO, V. *et al.* **Desenho urbano contemporâneo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, Douglas. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012. Cap. 8. p. 209-234.

GEHL, J. **Vida nas cidades**: como estudar. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**; tradução Carlos S. Mendes Rosa, - 3. Ed. – São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2011.

KRAFTA, R. Impressões digitais da urbanidade. In: AGUIAR, Douglas. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012. Cap. 4. p. 115-134.

LIMA, A. P. L. G. **Análise do Impacto Urbanístico da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Campina Grande –PB**. 2017.141 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – UNIFACISA Centro Universitário, Campina Grande, 2009.

SENNET, R. **Construir e Habitar**: ética para uma cidade aberta; tradução de Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.